

A BARBÁRIE EM BUCHA

O PSD entregou, na Assembleia da República, um voto de condenação pelas atrocidades ocorridas em Bucha e noutras localidades próximas de Kiev, onde foram cometidos crimes de guerra e que estiveram sob o controlo das tropas russas

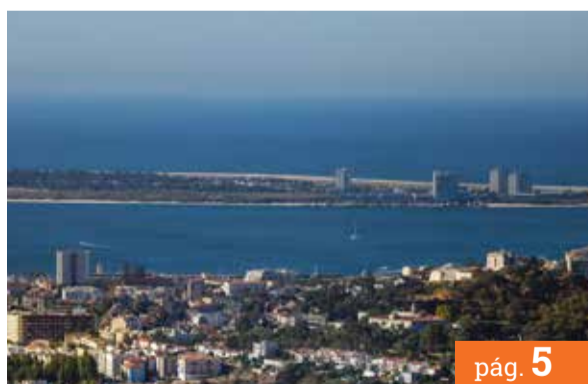


pág. 3

PSD

AUTARCAS DO PSD QUEREM DESCENTRALIZAÇÃO NA AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Os ASD são a favor da descentralização de competências do Estado para os municípios, mas pedem mais negociação e um maior pacote financeiro para aceitarem responsabilidades



pág. 5

LOCAIS

DISTRITAL DE SETÚBAL EXIGE A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DO DISTRITO

A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD espera que o Governo possa fazer melhor do que os últimos executivos socialistas fizeram pelo país e, particularmente, pelo distrito



pág. 10

REGIONAIS

AÇORES MANTÊM VIAGENS AÉREAS INTERILHAS ATÉ 60 EUROS

Os bilhetes para residentes no arquipélago podem atingir o valor máximo de 60 euros "para uma viagem de ida e volta" e 34 euros numa viagem de ida para passageiros adultos

UCRÂNIA

PSD APRESENTA VOTO DE CONDENAÇÃO PELOS CRIMES DE GUERRA EM BUCHA



O PSD entregou, na segunda-feira, 4 de abril, na Assembleia da República um voto de condenação pelas atrocidades ocorridas em Bucha e outras localidades próximas de Kiev e confirmadas após retirada das forças invasoras russas.

Na proposta de voto, que tem como primeiros subscritores Rui Rio e Paulo Mota Pinto, os sociais-democratas classificam como “chocante a brutalidade das imagens” que chegaram ao mundo a partir de Bucha, onde dezenas de cadáveres foram encontrados nas ruas e enterrados em valas comuns, com sinais de execuções sumárias.

Sublinhando que “até mesmo as guerras têm limites” e que “todos os civis devem ser protegidos e respeitados”, os deputados do PSD afirmam que “os ataques das forças da Rússia a civis inocentes em Irpin e Bucha são mais uma evidência de que Vladimir Putin e o seu exército estão a cometer crimes de guerra na Ucrânia”.

Para os sociais-democratas, estes e outros crimes que venham a ser descobertos devem ser “devidamente investigados, sendo apuradas as devidas responsabilidades pelas instâncias internacionais, como o Tribunal Penal Internacional, e os responsáveis por tais crimes processados e julgados, independentemente das posições que atualmente ocupem”.



Rui Rio condena massacre

Rui Rio considera uma “barbárie” o massacre de civis pelas tropas da Rússia em Bucha, cidade localizada a cerca de 30 quilómetros de Kiev, na Ucrânia.

“Não tenho palavras para classificar esta barbárie”, escreveu Rui Rio numa publicação na rede social Twitter, no domingo.

Para o Presidente do PSD, não há diferenças entre “os crimes nazis” e estes perpetrados no século XXI. “Não vejo qualquer diferença entre os crimes nazis e estes dos russos. Se esta guerra durasse os mesmos seis anos da Segunda Guerra Mundial, o balanço final dos assassinios do regime de Putin não andaria longe dos de Hitler”, destacou.

Após a retirada das tropas russas do norte da capital ucraniana, foram encontrados mais de 400 corpos de civis nas ruas de Bucha, muitos dos quais “tinham as mãos atadas atrás das costas”. A organização de direitos humanos Human Rights Watch (HRW) diz que está em causa a ocorrência de crimes de guerra em áreas que estiveram sob o controlo das forças armadas da Federação Russa.



AUTARCAS DO PSD QUEREM DESCENTRALIZAÇÃO NA AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Os Autarcas Sociais-Democratas (ASD) concordam com a descentralização de competências do Estado para os municípios, mas pedem mais negociação e diálogo e um maior pacote financeiro para aceitarem responsabilidades nas áreas da Ação Social e da Saúde.

“Os Autarcas Sociais-Democratas são totalmente favoráveis à descentralização de competências e consideram que este pacote de descentralização pecou genericamente por ser limitado, pequeno e pouco ambicioso, porque queríamos mais delegações e mais responsabilidades e elas não vieram”, afirmou o presidente dos ASD, Hélder Sousa Silva.

O também presidente da Câmara de Mafra classificou como “má” a descentralização proposta pelo Governo para a área da ação social, explicando que a interação dos organismos distritais com os municípios aconteceu “tardamente”, ou seja, “no final do ano passado”, e “era manifestamente impossível concretizar esta delegação até 31 de março”, como inicialmente previsto.

Além disso, apontou escassez de recursos humanos e financeiros a transferir para as câmaras municipais, com “situações completamente assimétricas”. “No meu caso, o valor que querem transferir é metade daquele que precisamos para cumprir as competências que nos são delegadas e que hoje já são executadas pela Segurança Social”, exemplificou Hélder Sousa Silva, que elogiou o executivo nacional do PS por prorrogar até ao final deste ano o prazo para a transferência de competências nesta área.

“Esperamos que o Governo, através dos seus serviços regionais e distritais da Segurança Social, consiga sentar-se à mesa com as autarquias e fazer os ajustes que até agora não houve margem de manobra para fazer”, pediu o autarca.

Quanto à saúde, defendeu que a proposta de transferência de competências é “péssima” e a “pior”, considerando que “o presente não pode vir envenenado” e que “é inad-

missível” o Governo “passar pessoal, edifícios, veículos e outro tipo de equipamento, como ares condicionados inoperacionais, sem ter a devida contrapartida financeira para os pôr em funcionamento”.

Em concreto, o presidente dos Autarcas Sociais-Democratas referiu-se a problemas relacionados com a desatualização de valores financeiros e do número de assistentes operacionais, e a falta de contrapartidas financeiras para obras de reparação em edifícios, equipamentos e viaturas com mais de 20 anos “sem circular ou que circulam com grande dificuldade”.

Hélder Sousa Silva queixou-se ainda de que tem sido extremamente difícil de fazer os contactos com as Administrações Regionais de Saúde e os Agrupamentos de Centros de Saúde, e reivindicou a criação de uma comissão de acompanhamento para “fazer os ajustes” necessários à concretização do processo de delegação de competências.

Em relação à educação, o presidente dos ASD reconheceu que o processo “foi bem tratado, bem acompanhado e globalmente bem executado”, justificando que o êxito se deveu à constituição de comissões de acompanhamento desde o início, motivo pelo qual “75% dos municípios já assumiram” as competências e os restantes vão aceitá-las até ao final deste mês.

Segundo o mais recente balanço do Governo, apenas 28% (57) de um universo de 201 municípios que podem assumir competências na Saúde as aceitaram e 45% (125 em 278) aceitaram voluntariamente competências na educação.

As competências no âmbito da ação social, que os municípios também deveriam assumir em 1 de abril, só passam definitivamente para as autarquias em 1 de janeiro de 2023, uma vez que o diploma setorial que pormenorizava as tarefas a descentralizar pela administração central foi promulgado apenas em fevereiro deste ano.

ADÃO SILVA ELEITO VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Adão Silva, deputado do PSD, foi eleito na quinta-feira, 31 de março, vice-Presidente da Assembleia da República. O social-democrata, até aqui líder parlamentar do PSD, obteve 190 votos favoráveis.

Duarte Pacheco e Lina Lopes foram também eleitos secretários da Mesa, órgão que terá Helga Correia como vice-secretária. A mesa da Assembleia da República é composta pelo presidente, por quatro vice-presidentes, quatro secretários e quatro vice-secretários.

O deputado e Secretário-geral do PSD José Silvano foi, por sua vez, eleito membro efetivo do conselho de administração da Assembleia da República (a lista conjunta alcançou 203 votos a favor). O conselho de administração é constituído por um máximo de sete deputados, em representação dos sete maiores grupos parlamentares, pelo secretário-geral da Assembleia da República e por um representante dos funcionários parlamentares.





DISTRITAL DE SETÚBAL EXIGE A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DO DISTRITO

A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD deseja ao novo Governo um bom mandato, esperando que possa fazer melhor do que os últimos governos socialistas fizeram pelo país e, particularmente, pelo distrito de Setúbal.

Em comunicado, dia 30 de março, a Distrital espera que “os socialistas cumpram finalmente as promessas que há seis anos vêm fazendo” à região.

“Das promessas incumpridas, e que urge honrar, destacamos a ponte Barreiro-Seixal, o alargamento da rede do Metro de Superfície, o Hospital do Seixal, a resolução dos graves problemas dos hospitais do distrito, a construção dos centros de saúde do Feijó, Setúbal, Quinta do Conde, Alto Seixalinho, Foros de Amora e Aldeia de Paio Pires, a USF da Quinta do Anjo, a falta de médicos e de enfermeiros nas unidades de saúde do distrito, as esquadras da PSP do Montijo e da Baixa da Banheira, os quartéis da GNR da Moita, do Monte da Caparica, de Grândola e Quinta do Conde, bem como o respetivo reforço de efetivos e meios de combate das forças de segurança, a conclusão da A26, a construção da variante à EN 252 e 379, a unidade de transformação de bivalves no Barreiro, as requalificações das diversas escolas do distrito,

a construção do Novo Aeroporto, a ampliação do Terminal XXI e a Construção do novo Terminal Vasco da Gama, em Sines, bem como a ligação ferroviária a Espanha, e tantas outras promessas que o Partido Socialista vem fazendo há muito tempo, sem que as mesmas saiam do papel. Com a maioria absoluta obtida, a que acrescem as verbas do PRR e do Portugal 2030, o Partido Socialista já não tem desculpas para não cumprir compromissos repetidamente feitos”, refere a Distrital.

A Comissão Política do PSD, presidida por Paulo Ribeiro, lamenta que o PS “continue a manter no Governo ligações familiares que não contribuem para a transparência e confiança dos cidadãos na política, como é o caso de dois membros do atual governo que são provenientes do distrito de Setúbal”, assim como critica “a escolha do presidente da Federação Distrital de Setúbal do PS para tutelar a administração fiscal, num manifesto conflito de interesses e de falta de transparência”.

“O PSD, no distrito de Setúbal, acompanhará com muita atenção a atividade do Governo ora empossado e será muito exigente na luta pela resolução dos problemas dos habitantes deste distrito”, conclui a Distrital.

PSD DA GUARDA QUER POLÍTICAS DESCENTRALIZADORAS

A comissão política concelhia do PSD da Guarda criticou a extinção da Secretaria de Estado da Ação Social naquela cidade e pediu ao novo Governo “políticas descentralizadoras” e “investimento público ao nível do existente no litoral”.

“Face às recentes notícias veiculadas pela comunicação social relativamente ao encerramento da Secretaria de Estado da Ação Social, a Comissão Política de Secção da Guarda do PPD/PSD vem condenar veementemente a política com que o Partido Socialista tem destrutado a Guarda e a sua população”, referiu aquela estrutura social-democrata em comunicado, dia 30.

O PSD apontou que a Secretaria de Estado de Ação Social, criada em 2019, não foi, na “humilde opinião” dos dirigentes daquele partido, “mais do que ‘uma hospedaria’ dos ‘boys socialistas’ que integraram as listas candidatas pelo PS à Assembleia da República pelo círculo eleitoral da Guarda, a quem se somaram mais uns quantos ‘bons rapazes’ devotos do partido da rosa que foram desta forma recompensados”.

Segundo o PSD, a Secretaria de Estado da Ação Social “não contemplou, nos seus quadros, nenhum técnico superior de Serviço Social ou com habilitações próximas da área de intervenção, tendo optado por técnicos com formações muito distintas e afastadas da especificidade que a Ação Social requer”, o que “foi um claro indicador de ineficácia e de inércia na atuação e na intervenção na ação social”.

“Volvidos cerca de dois anos da sua criação e tendo sido realizada despesa considerável, por parte do Governo Socialista, na intervenção e requalificação do espaço onde atualmente se encontram os seus serviços, o que, na nossa opinião, resulta existir prova cabal da falta de visão e em simultâneo de despesismo público na consecução exclusiva da ‘politiqice socialista para inglês ver’”, lê-se.

No comunicado, a concelhia da Guarda do PSD, liderada desde sábado por Júlio Santos, fez um apelo e um desafio a Ana Mendes Godinho, reconduzida como ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que foi reeleita pelo círculo eleitoral da Guarda e “espalhou promessas” durante a campanha eleitoral, “para que reconheça e compense o território da população que a elegeu com infraestruturas e organismos que combatam a desertificação e que venham inverter a linha decadente da demografia que o interior tem vindo a sofrer”.



“[Ana Mendes Godinho] tem ao seu alcance a possibilidade de deslocalizar e descentralizar para a Guarda organismos e serviços, como IGF [Instituto de Gestão Finan-

ceira da Segurança Social] ou ISS [Instituto da Segurança Social], I.P. (ou ambos, porque não?)”, considerou o PSD da Guarda.

GOVERNO “NÃO INVESTE UM CÊNTIMO NA SAÚDE DOS MONTIJENSES”

O PSD do Montijo acusa o Governo e o PS de terem agravado os cuidados de saúde no concelho e de “preferirem gastar o dinheiro público com a sua clientela”.

“Os cuidados de saúde primários no Montijo estão cada vez piores ao contrário do afirmado pela propaganda socialista. Em 2020, o Centro de Saúde de Montijo tinha 15 médicos e 18 enfermeiros hoje são 12 médicos e 17 enfermeiros sendo que um médico e dois enfermeiros estão de baixa prolongada. Até ao final do ano irão reformar-se mais três médicos. O Centro de Saúde de Montijo tem cerca de 33 mil utentes e até ao final do ano serão mais de 24 mil utentes sem médico de família. As pessoas amontoam-se às dezenas todos os dias, à porta do centro, ao frio à chuva mendigando uma consulta ou seu agendamento que só acontecerá, na melhor das hipóteses, daí a várias semanas”, critica o PSD.

Em comunicado, dia 4 de abril, a Secção liderada por José Pereira Afonso considera ainda que, “como a falta de vergonha não tem limites”, o Governo “continua a enganar os Montijenses quando dizem que os cuidados de saúde irão melhorar com a abertura do USF em construção nas instalações do Hospital de Montijo”.

“Esquecem-se de dizer que os médicos e enfermeiros, desta nova unidade, serão retirados dos quadros, já de si insuficientes, do Centro de Saúde Montijo. Uma trifulhice propagandística. O diretor do ACES não é mais que um comissário político do PS e por esse facto virá hoje ao Montijo fazer propaganda para salvar a face do governo e da autarquia socialista”, acrescenta.

O PSD defende que o atual diretor do ACES Arco Ribeirinho deverá demitir-se, já que “a sua gestão é incompetente e não serve aos montijenses”.

“O PSD defende que a Câmara Municipal do Montijo deverá implementar medidas de incentivo à fixação de médicos de família, nomeadamente a atribuição de uma participação financeira, para apoiar a aquisição ou arrendamento de habitação ou, em alternativa, o transporte, para médicos que não residam no Concelho de Montijo. Sem esses apoios não será possível fixar mais médicos no Montijo”, conclui.

CÂMARA DE PENACOVA PREVÊ ABRIR MUSEU DO MOSTEIRO DE LORVÃO



A Câmara de Penacova adjudicou no início deste mês a empreitada para finalizar o Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão e espera abrir aquele espaço em 2023, depois das obras principais terem terminado em 2014.

O Estado tinha investido 1,7 milhões de euros em obras de adaptação do Mosteiro de Lorvão, criando num dos claustros espaço para acolher o espólio de arte sacra reunido ao longo de vários séculos, porém, após essa empreitada ter sido concluída em 2014, não foi dado seguimento ao projeto, com a Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), na altura, a lamentar falta de dinheiro para a musealização do espaço.

Com vista a terminar a intervenção e abrir o espaço aos visitantes, a Câmara Municipal de Penacova adjudicou no dia 10 a empreitada, por um valor de cerca de meio milhão de euros e um prazo de execução de nove meses, esperando-se que as obras arranquem já em abril, disse o presidente da Câmara de Penacova, Álvaro Coimbra, eleito em 2021 pelo PSD.

“Este projeto final engloba aquilo que falta executar – acessibilidades, entrada para o centro interpretativo e loja e musealização”, esclareceu.

Para o autarca, esta empreitada “tornou-se uma prioridade”, até porque o imóvel construído na zona dos claustros do Mosteiro, com projeto desenhado pelo

arquiteto João Mendes Ribeiro, está “a deteriorar-se”, observando-se já “infiltrações em algumas áreas”.

“Queríamos desbloquear o projeto e, com esta adjudicação, desata-se um nó”, referiu Álvaro Coimbra, salientando que o projeto deverá ainda ter acesso aos fundos comunitários do Portugal 2020.

Segundo o presidente da Câmara de Penacova, as últimas questões pendentes que obstaculizavam a empreitada deviam-se a um choque entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e entidades ligadas à cultura, que “não se entendiam em relação ao projeto final”, nomeadamente quanto à segurança contra incêndios.

A principal intervenção que agora é feita nesta empreitada final “está centrada na produção de conteúdos” do museu, nomeadamente na recuperação e musealização de todo o património armazenado no Mosteiro de Lorvão, entre pinturas, esculturas e joalharia, que “está em salas sem grandes condições” de conservação.

“Este projeto é importantíssimo. O Mosteiro de Lorvão é um monumento nacional que necessita de visibilidade e isto vai-lhe dar um novo ‘élan’”, frisou Álvaro Coimbra, destacando, para além da coleção, uma versão fac-similada do “Livro das Aves”, manuscrito iluminado do século XII, cujo original está na Torre do Tombo.

PSD/PORTO CONSIDERA “COMPLETAMENTE INCONCEBÍVEL” ESTRATÉGIA DA TAP PARA A CIDADE

O presidente da Distrital do PSD do Porto considera “completamente inconcebível” a estratégia da TAP para o Aeroporto Sá Carneiro, acusando a transportadora de “concentrar a atividade quase em exclusivo” em Lisboa.

Alberto Machado acusa a TAP de estar a “abandonar as comunidades portuguesas” com ligação ao Norte ao deixar de operar do Porto para cidades como Zurique ou Bruxelas, criando “Portugueses de primeira e portugueses de segunda”, pelo que “já não serve a Portugal”.

O “Jornal de Notícias” divulgou que, face ao verão de 2019, a TAP vai operar menos sete rotas e oferecer menos 705 mil lugares a partir do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, ao contrário das principais companhias internacionais, que reforçam a presença a partir do Porto.

“Isto vem reforçar a ideia que já está, de certa forma, criada de que a TAP não serve os interesses dos portugueses porque de certa forma aliena o seu papel junto de um conjunto de aeroportos importantes, neste caso do Porto (...) para servir apenas e só o aeroporto de Lisboa”, afirmou Alberto Machado.

Para o líder do PSD/Porto a TAP, “paga por todos os portugueses”, está “a criar uma diferenciação que é completamente inadmissível”.

“Se somos todos a suportar os custos da TAP, todos temos de ser beneficiados de igual forma pela empresa. Se a TAP pretende operar apenas num determinado destino, então que se privatize a TAP porque a TAP já não serve Portugal, já não é a nossa empresa de bandeira”, apontou.

O social-democrata lembrou ainda a importância das rotas da TAP para as comunidades de imigrantes: “Pelos rotas que nos são dadas a saber que vão ser extintas ou reduzidas, Luxemburgo, Genebra, Londres, Zurique, ou Bruxelas, milhares de portugueses que trabalham na emigração vão deixar de ter ligação direta ao Norte de Portugal”, disse.

Portanto, explicou, “não só a TAP abandona o país, concentrando a sua atividade quase em exclusivo na cidade de Lisboa, como abandona também as comunidades portuguesas que deixam de ter uma ligação direta a aeroportos que lhes permitem chegar mais rapidamente às suas terras natal”.

O PSD garante que vai levar o assunto a discussão no Parlamento.

UISEU SÓ ACEITA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA SAÚDE COM “A MOCHILA ADEQUADA”



O presidente da Câmara de Viseu anunciou que a autarquia só aceitará a transferência de competências na área da saúde com “a mochila adequada” para as exercer bem.

No final da reunião de Câmara, de 31 de março, Fernando Ruas defendeu que deve ser aproveitada “a facilidade da subsidiariedade, mas não mais do que isso”.

“Devemos dizer que com a subsidiariedade fazemos melhor, mas fazemos melhor com os mesmos meios (do Governo), não fazemos melhor com menos meios”, frisou o antigo presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Fernando Ruas garantiu que, mesmo após “uma reatualização de valores em mais 20%”, o município de Viseu não aceitará a transferência de competências nesta área.

Segundo o autarca, “uma das propostas é transferir para a Câmara a responsabilidade das atuais instalações no ‘edifício alto’, entre o segundo e o nono andar”, sendo referido que o elevador do prédio, “está em condições, funciona”.

“Aquele elevador é de 1970. Está em condições agora. Temos que acautelar, se é uma transferência de competências, a dotação para o futuro”, exemplificou.

O Governo considera transferidas para os municípios competências na saúde a partir de sexta-feira, apesar dos pedidos de adiamento do prazo por autarcas, que consideram insuficientes as verbas atribuídas para desempenharem tarefas como a gestão de centros de saúde.

Numa altura em que apenas cerca de 30% das câmaras aceitaram as competências a descentralizar na saúde, a ministra responsável pela administração local cessante, Alexandra Leitão, recusou um adiamento, mas alertou que, apesar de o Governo considerar transferidas estas competências para os municípios, elas de facto só entram em vigor quando cada uma das câmaras envolvidas assinar com a administração central um auto que especifique o que é transferido e as contrapartidas.

No entender de Fernando Ruas, “há duas formas de ter a competência”, sendo uma “discuti-la, aceitá-la, e essa tem de ser negociada”, e outra impô-la.

“Se for negociada, eu aceito a competência como boa. Se não, não há transferência de competência, há imposição de competência”, frisou o autarca.

Entre as competências a descentralizar nesta área está a responsabilidade pela gestão operacional e financeira dos centros de saúde na sua área geográfica, designadamente a manutenção, conservação e gestão dos equipamentos (exceto equipamentos médico), a participação no planeamento, gestão e investimento em novas unidades de cuidados de saúde primários, incluindo construção, equipamento e manutenção, e a gestão dos trabalhadores da carreira de assistente operacional dos agrupamentos de centros de saúde.

CÂMARA DE LISBOA DEFENDE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS



A Câmara de Lisboa decidiu, dia 30, solicitar ao Governo a prorrogação do prazo para a transferência de competências nas áreas da saúde e da educação, rejeitando qualquer nova transferência “sem a garantia comprovada da dotação” com os meios indispensáveis.

A decisão resulta de uma moção do PCP apresentada e aprovada em reunião pública do executivo camarário.

Na reunião do executivo municipal, o presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, saudou a moção comunista sobre o processo de transferência de competências, recordando a carta que dirigiu ao Governo em conjunto com o congénere do Porto, defendendo “uma cidade que tenha mais poderes, mas que não seja tarefeira do Estado central”, com a atribuição de tarefas sem os recursos necessários.

Além do pedido de prorrogação, a moção apela a uma reconsideração de todo o processo de transferência de competências, para “abrir caminho a uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional coeso, que valorize e promova a qualidade da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações e assegurando a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos”.

A iniciativa expressa ainda “as maiores reservas” quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do poder local.

Neste sentido, o executivo municipal de Lisboa decidiu, por maioria, “rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro”, assim como reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.

AÇORES MANTÊM VIAGENS AÉREAS INTERILHAS ATÉ 60 EUROS



As viagens aéreas interilhas até 60 euros para residentes mantêm-se nos Açores em 2022, com uma verba limite de seis milhões de euros a subsidiar pelo Governo Regional.

“A despesa com o subsídio a atribuir ao abrigo da presente resolução tem um limite orçamental de seis milhões de euros no ano de 2022”, descreve-se na Resolução do Conselho do Governo de 21 de março e publicada no dia 1 de abril.

O documento introduz algumas alterações na designada Tarifa Açores, criada em maio de 2021 pelo Governo Regional de coligação PSD/CDS-PP/PPM, nomeadamente flexibilização das reservas e preços diferenciados para crianças e bebés.

“No que se refere ao valor máximo a suportar pelos passageiros sobre o bilhete de transporte, passa a existir uma diferenciação relativamente a duas categorias de passageiros – a de criança e bebé – face aos passageiros adultos”, descreve o Jornal Oficial.

Com as alterações, os bilhetes para viagens aéreas interilhas para residentes no arquipélago podem atingir o valor máximo de 60 euros “para uma viagem de ida e volta” e 34 euros numa viagem apenas de ida para passageiros adultos.

Para as crianças, uma viagem de ida e volta fica a um valor máximo de 45 euros e apenas de ida a um máximo de 27 euros.

Já para os bebés, o valor máximo de uma viagem de ida e volta é de 13 euros, sendo 10 euros o valor máximo fixado para uma viagem de ida.

O subsídio a pagar pelo Governo à SATA, operadora aérea interilhas no arquipélago, “é de valor variável e corresponde à diferença entre o preço praticado pela concessionária” e estes montantes fixados para cada grupo populacional.

Por outro lado, “são flexibilizadas as condições de reserva e emissão do bilhete de transporte, para determinados tipos de reserva, uma vez que a rigidez de algumas regras, até agora em vigor, tem determinado, nomeadamente, que os grupos desportivos se encontrem impedidos de usufruir do subsídio ao passageiro residente nas suas deslocações, no âmbito do exercício da respetiva atividade competitiva”, descreve-se no Jornal Oficial.

A operacionalização feita pelo Governo à Tarifa Açores clarifica ainda, e torna “mais célere, a tramitação do procedimento para o atempado pagamento” à SATA, “atual concessionária do serviço de transporte aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores”.

Esse pagamento diz respeito “à diferença entre o valor faturado por esta, aquando da venda do bilhete de transporte, e o valor cobrado ao passageiro, nos termos do regulamento de atribuição do subsídio”.

Na Resolução, o Governo lembra que a tarifa “veio criar um subsídio, em benefício do passageiro residente na Região Autónoma dos Açores, para promoção da mobilidade interilhas, visando incrementar a coesão territorial da região”.

“Os residentes na Região Autónoma dos Açores, tal como esperado, aderiram de forma expressiva, encontrando-se a medida em execução a cumprir em pleno com a sua finalidade, promovendo uma maior circulação de pessoas e bens entre as ilhas, o que gera uma nova dinâmica económica e uma mais reforçada coesão social”, indica o executivo.

A medida, prossegue o XIII Governo Regional, “não foi concebida com um carácter provisório, pelo que se entende que deve manter-se plenamente em vigor”.

Entre junho de 2021, mês de implementação desta tarifa, e setembro, perto de 100 mil pessoas usufruíram das viagens interilhas até 60 euros, revelou em novembro o secretário regional dos Transportes do Governo Regional.

Entre junho e setembro de 2021, os passageiros que desembarcaram nos Açores, fruto das viagens interilhas atingiram os 326.000, dos quais 96.600 beneficiaram da Tarifa Açores”, adiantou Mário Mota Borges.

GOVERNO DOS AÇORES REALÇA QUE PRECARIEDADE “NÃO ACABA POR DECRETO”

O secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores realçou que a “precariedade não acaba por decreto”, defendendo que a região se deve “centrar” no “futuro do trabalho” para combater a pobreza.

“A pobreza não está circunscrita a determinadas zonas, freguesias ou municípios. A pobreza não está circunscrita aos desempregados. A precariedade não acaba por decreto. Não basta aumentar os salários mais baixos. Não basta aumentar o salário mínimo. Não basta aumentar as transferências sociais”, afirmou Bastos e Silva.

O secretário regional falava dia 30 de março, na sessão de encerramento da conferência “Combater a Pobreza: Retratos e Soluções”, na qual substituiu o presidente do Governo Regional, e que teve lugar no Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, sob a organização do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA).

Bastos e Silva destacou que o “apoio público” do executivo açoriano vai ser “direcionado para incentivar as empresas a ultrapassar a carência de formação” dos trabalhadores.

“A estratégia política de recuperação que os Açores necessitam no caminho para uma maior equidade passa por maximizar a produtividade e o desempenho da economia com mais criação de valor por via da inovação”, declarou.

O secretário regional considerou que os Açores têm um “modelo económico de ténue crescimento, assente em baixos salários e em precariedade”, que resultam das “baixas qualificações e da ausência de formação” dos trabalhadores.

“A intervenção do Governo Regional deve centrar-se no desenvolvimento do futuro do trabalho. Só ele pode alavancar resultados e crescimento. Só ele pode alavancar a inovação. E tudo isso contribuirá também para a redução da pobreza e da desigualdade”, advogou.

O governante disse ainda que o novo período de programação dos fundos europeus, o Programa Operacional 2030, visa criar uma “agenda social de prosperidade” para a região e “aliar” um “crescimento económico baseado na competitividade do setor privado” com a “convergência social”.

Na sessão de encerramento, o professor universitário e sociólogo Fernando Diogo alertou para a necessidade de a região ser “mais eficaz no combate à pobreza”.

“Destaco a questão da educação e formação enquanto grande bloco de questões com impacto estruturador a longo prazo na resolução desse problema e destaco a importância das transformações na economia, no emprego e na saúde, na conciliação do trabalho e família”, apontou, referindo-se às medidas para a mitigação da pobreza.

Na sessão de abertura da conferência, o líder do CESA, Gualter Furtado, evocou os números que dão conta que “21,9% dos residentes dos Açores encontravam-se em situação de pobreza em 2020, quando em 2019 eram 28,5%”.



PSD/MADEIRA RECOMENDA AO GOVERNO REQUALIFICAÇÃO DE ESQUADRAS DA PSP



Os deputados do PSD na Assembleia Legislativa da Madeira vão entregar um projeto de resolução que recomenda ao Governo da República a construção e requalificação de esquadras da PSP, anunciou o social-democrata Brício Araújo.

“Na Madeira, muitas esquadras da Polícia de Segurança Pública têm condições muito precárias, não têm as condições adequadas para que a PSP possa exercer a sua missão e para que possa também receber o cidadão”, afirmou o eleito, numa iniciativa política na freguesia do Caniço.

O PSD vai, por isso, entregar e apresentar na Assembleia Legislativa um projeto de resolução que visa a construção e a requalificação de esquadras da região por parte do Governo da República.

Brício Araújo salientou que há esquadras na Madeira “com problemas infraestruturais muito graves”, como Machico, Calheta, Santa Cruz, Ponta do Sol e Porto Santo, “pelo que impõe que o Governo da República, que é quem tem competência nesta matéria, dê uma atenção especial a esta situação” e possa “honrar os compromissos que foi assumindo ao longo dos tempos relativamente às obras nas esquadras”.

Os sociais-democratas propõem também a construção de uma esquadra para o Caniço, tema que, recordam, já foi discutido em 2015.

“Isso foi discutido, inclusivamente existe um princípio de compromisso pelo Governo da República, mas nunca foi cumprido”, afirmou Brício Araújo.

VARIANTE ÀS FURNAS

GOVERNO DOS AÇORES APROVA SUSPENSÃO DE
PLANOS MUNICIPAIS

O Conselho do Governo dos Açores aprovou uma resolução que reconhece o “relevante interesse público da construção da Variante às Furnas”, suspendendo parcialmente o Plano Diretor Municipal de Povoação e o Plano Geral de Urbanização das Furnas.

De acordo com o comunicado lido pelo subsecretário da Presidência, Faria e Castro, relativamente às decisões do Conselho de Governo Regional de 31 de março, no “processo de suspensão parcial” daqueles planos, que têm “como única e exclusiva finalidade a construção da variante”, foi ouvida a Câmara Municipal da Povoação”, na ilha de São Miguel.

Em 10 de dezembro, a propósito de uma petição que contesta parte do traçado, a secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, Ana Carvalho, disse no parlamento dos Açores não existirem “motivos técnicos e ambientais que coloquem em causa” a execução da obra.

Na petição é pedida a alteração ao traçado da variante à freguesia das Furnas, um projeto do anterior executivo açoriano do PS, alertando para o impacto que o mesmo terá no ambiente, na qualidade de vida, na atividade económica e na beleza do vale das Furnas.

A titular da pasta das Obras Públicas nos Açores adiantou ainda aos deputados que o processo estava “em fase de contratualização da empreitada, tendo inclusivamente a Região Autónoma dos Açores entrado na posse dos terrenos a afetar ao investimento”.

“Este investimento é apoiado no âmbito do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência], sendo que a sua não contratualização poderá ter como consequência a perda desta importante fonte de financiamento”, assinalou, lembrando que se trata de um projeto que vem desde 2017, tem parecer favorável da comissão de avaliação do estudo de impacto ambiental e foram pedidos vários pareceres a várias entidades.

Ana Carvalho recordou também que se trata de “uma obra que foi decidida com uma preocupação central de garantir a segurança, desde logo ao nível pedonal nas Furnas”, uma vez que a variante “permitirá retirar” do centro da freguesia parte do tráfego que se dirige para a Povoação e para a Ribeira Quente.

O projeto previa a construção de uma via com uma extensão de 1.610 metros, duas rotundas, três caminhos paralelos, 14 passagens hidráulicas e três faixas de circulação contínuas. A intenção é “assegurar o financiamento necessário à execução de obra para a construção de um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e de um Lar Residencial, na freguesia de Santa Cruz, concelho da Lagoa, Ilha de São Miguel”, segundo o Governo Regional.

O financiamento abrange também “todas as despesas inerentes à preparação e execução daquela empreitada, bem como as despesas relativas à aquisição do equipamento necessário ao funcionamento das respostas sociais”.

O executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM decidiu ainda estabelecer o regime jurídico da educação inclusiva, que visa “a criação das condições para a adequação do processo educativo de todos e cada um dos alunos de modo a responder à diversidade das suas necessidades e potencialidades através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa”.

Foi também aprovada uma resolução que “autoriza a alteração à programação financeira do contrato-programa celebrado entre a Região e a Associação RAEGE Açores – Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, para o período 2020-2022”.

O valor global é de 657 mil euros, “destinados à implementação efetiva da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais na Região e à dinamização da respetiva atividade científico-técnica”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 Abril (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00, no Auditório Municipal da Casa da Música de Óbidos, sita na Rua Josefa de Óbidos, nº 10, em Óbidos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações,
2. Análise dos resultados das legislativas 2022;
3. Análise da situação política.

SECÇÕES

ALEMANHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Alemanha, para reunir no próximo dia 28 de Maio de 2022, (Sábado), pelas 14H00, na Wilhelmstrasse, 22 – 71638 Ludwigsburg - Stuttgart, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Com a seguinte Morada: Artur Amorim Wilhelm str 22 71638 Ludwigsburg (01726236295)

As urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00.

AZAMBUJA

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoca-se os militantes da Secção Concelhia de Azambuja do PSD, para reunir no próximo dia 7 de Maio (sábado) de 2022, às 15H00, na Sede Concelhia, sita Av. Condes de Azambuja nº 43, Torre 1 - Loja 3 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação das candidaturas aos atos Eleitorais da Secção;
2. Análise da situação política nacional e local;
3. 40º Congresso Nacional do PSD.

AZAMBUJA

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoca-se os militantes da Secção Concelhia de Azambuja do PSD, para reunir no próximo dia 7 de Maio (sábado), entre as 17H00 e as 20H00, na Sede Concelhia, sita Av. Condes de Azambuja, nº 43 – Loja 3 Azambuja, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas a Delegados deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 5 de Maio de 2022, na Sede Concelhia, Av. Condes de Azambuja, nº 43 – Loja 3, Azambuja.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 2 de Maio (segunda-feira) de 2022, pelas 21H30, na Sede do PSD, sita no Largo do Toural, nº125, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação do Relatório e Contas da Secção (ano 2021).
2. Análise da situação política.

GRANDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir em sessão ordinária presencial, no próximo dia 20 de Abril de 2022 (Quarta-feira), pelas 21H00 sita no Cineteatro Grandolense (uso obrigatório de máscara). A reunião terá a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se uma Assembleia de militantes do PSD da Secção de Mirandela para reunir no próximo dia 28 de Maio (sábado) de 2022, das 14H00 às 20H00, na Sede do PSD de Mirandela, sita no Grande Hotel Dom Dinis, Avenida N. Sra. do Amparo, Mirandela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 20H00

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa da Secção de Mourão, para reunirem em Assembleia, no dia 28 de Maio (sábado) de 2022, pelas 14H00, na Sede concelhia do PSD/Mourão, sita no Centro Comercial D. Dinis, Mourão Com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: as urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00.

As listas candidatas aos diferentes órgãos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD/Mourão, sita no Centro Comercial D. Dinis, nº 4 Mourão.

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça, para reunir no próximo dia 21 de Abril (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita na Praça 5 de Outubro, em Murça, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Prestação de contas de 2021;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

OLHÃO

Ao abrigo do art.º 53.º e 54.º, dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Plenária de Militantes da Secção Concelhia de Olhão, para reunir no dia 19 de abril (terça-feira) de 2022, pelas 21H15, no Salão da União de Freguesias de Moncarapacho e Fuseta, sita na Av. 25 de abril, Fuseta, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e análise da situação financeira da Secção Concelhia de Olhão, em virtude dos constrangimentos resultantes de dívidas antigas ao condomínio que têm vindo a ser liquidadas ao longo dos anos, à qual a presente Comissão Política Secção é totalmente alheia;
2. Apresentação e votação de contas do ano 2021;
3. Apresentação e votação do Plano de Atividades para o ano 2022;
4. Apresentação e votação da proposta de orçamento da Secção de Olhão para o ano 2022;
5. O real estado de degradação do interior da Sede, Apresentação e votação da proposta para sua reabilitação e novo layout;
6. Autorizar a Comissão Política de Secção a desenvolver, junto da Secretária-Geral do Partido, as diligências necessárias à recuperação do equilíbrio financeiro da Secção, e recuperação das instalações;
7. Proposta e votação dos Delegados ao 40.º Congresso Nacional do PSD;
8. Análise da situação político-partidária, local, regional e nacional,
9. Outros assuntos.

REGUENGOS DE MONSARAZ

Nos termos do disposto no art.º 53º, nº 2, d), dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Reguengos de Monsaraz, para reunir, no próximo dia 20 de abril (quarta-feira) de 2022, pelas 21H30, na Sede da Secção, sita na Rua Serpa Pinto nº 15, Reguengos de Monsaraz com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas do exercício de 2022;
2. Análise da situação política atual.

VILA DO CONDE

Nos termos do disposto, do art.º 53º, 54º e 55º dos Estatutos do Partido Social Democrata convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Vila do Conde para dia 22 de Abril (sexta-feira) de 2022, às 21H00 na Sede da respetiva Secção, sita na Praça da República, 7 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Relatório de Contas do ano de 2021;
2. Análise da situação político-partidária da Secção e Nacional;
3. Outros Assuntos.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 19 de abril (terça-feira), de 2022, pelas 20H30, na Sede do PSD, sita na Rua da Boavista, nº. 11, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do relatório e contas de 2021;
2. Análise da situação política;
3. Outros Assuntos.

NÚCLEOS

RIO DE MOINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD do Núcleo de Rio de Moinhos, Penafiel para reunirem no próximo dia 7 de Maio (sábado) de 2022, pelas 14H00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, sita na Praça 20 de Junho, nº 84, Rio de Moinhos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo de Rio de Moinhos.
- Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior à eleição.
- As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 17H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Anadia, para reunir no dia 14 de Abril de 2022, pelas 21:00 horas, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes - B1, 1º andar, sala B, com as seguintes ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Balanço de atividades;
- 3 - Outros assuntos.

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário de Militantes da Concelhia de Armamar para reunir no próximo dia 7 de maio de 2022 (sábado), pelas 16h00, no Salão Paroquial, Av. Dr. Oliveira Salazar 5110-122 Armamar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia da JSD/Armamar

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 16h00 e as 18h00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital de Viseu ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CONVOCATÓRIAS**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho do Porto para reunir no próximo dia 14 de abril, pelas 21h00, na sede do PSD e da JSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, nº 63, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise e discussão da situação política;
- 2 - Outros assuntos;

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Sever do Vouga, a reunir no próximo dia 7 de maio de 2022 (sábado), às 10h00m, na Sede do PSD Sever do Vouga, sita na Rua do Casal, nº 27, 1º Dt., 3740-270, Sever do Vouga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Sever do Vouga.

Nota 1: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Aveiro, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 10h00m e as 12h00m.

Nota 2: Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfeção de mãos à entrada do local. Para o efeito será disponibilizado gel desinfetante e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.